

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 21

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e quatro, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro para a sessão ordinária do mês de Dezembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais João Pedro Simões Dias e José Alberto Martins de Carvalho, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, em substituição dos titulares desses cargos por no momento não se encontrarem presentes e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Artur da Rosa Pires, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Ermelinda Clara Ribeiro Costa, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Lourenço Martins dos Santos, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 16,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Fernando Tavares Marques, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Vitor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Calheiros da Silveira, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Ferreira da Peixinha e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Carlos Filipe Neto Brandão, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Libério da Silva Santos, Joaquim António Calheiros da Silveira e Carlos Manuel da Silva Santos, os quais foram aceites e justificadas as respectivas faltas.

Ainda no uso da palavra deu nota de várias correspondências chegadas a este órgão, informando que a mesma se encontra à disposição para consulta dos Srs. Deputados, no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Imediatamente a seguir declarou aberto o período regimental de antes da ordem do dia:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

No uso da palavra o Vogal Vitor Mangerão, começou por dizer que tanto ele como a sua bancada se congratulam pela passagem do vigésimo aniversário da Universidade de Aveiro. Acrescentou que, o facto de na cerimónia comemorativa não terem estado presentes elementos do governo ou pelo menos elementos considerados de suficiente representatividade do governo, não pode ser interpretado como um sinal de distanciamento, indiferença ou de inimizade perante a Universidade de Aveiro por parte dos PSD's de Aveiro. Em sua opinião, tal poderá ter-se ficado a dever a outras razões, mas é óbvio que enquanto cidadãos de Aveiro, não são quaisquer questões partidárias nem os problemas de qualquer conjuntura política que o País possa estar a viver, que fará minimizar ou a ficar indiferente em relação à riqueza que significa poder

contar com a Universidade. Assim, disse estar convicto de que o futuro virá reforçar ainda mais a ligação da Universidade à cidade e à região, de tal forma que, todos possam tirar proveito desse investimento há tantos anos feito e que hoje é a realidade que é, porque muitos homens independentemente dos Partidos e da política, em nome da ciência, do progresso e do ensino souberam levar a Universidade de Aveiro ao destaque justo que ela ocupa hoje no contexto nacional.

Prosseguindo abordou a problemática do trânsito citadino e referiu-se a alguns aspectos relacionados com o mesmo que motivaram já alguns acidentes até com crianças, nomeadamente junto à Escola Primária da Glória. Lembrou que já no mandato anterior a questão do trânsito foi sempre protelada em nome dos estudos que estavam a ser elaborados, querendo saber por isso se até esses estudos estarem concluídos não será possível alterar pormenores que são importantes e alteráveis a curto prazo no caos que é o trânsito citadino. Tais como os tracejados na Av. 25 de Abril, que permitem que as pessoas particulares que têm lá a sua garagem, tenham um regime de excepção em relação ao regime de trânsito daquela avenida e que tem provocado já vários acidentes naquele local, nunca foi rectificado.

Referindo-se ao estacionamento em espinha na perpendicular aos passeios por trás do Tribunal, disse que o mesmo dificulta a entrada e saída dos automóveis, pelo que entende que seria muito mais prático para a manobra se esse estacionamento fosse oblíquo, salientou que este aspecto também nunca foi rectificado.

Prosseguindo, disse que existem passadeiras para peões colocadas nos sítios mais incríveis, originando por vezes acidentes. Entende que todas estas coisas não necessitam de um plano de uma empresa qualificada para proceder a estas alterações, mas sim de bom senso e de um mínimo de atenção e de um piquete que se dê ao trabalho de alterar estas coisas.

Chamou também atenção de que é necessário ver qual a solução que está a ser ponderada, relativamente ao problema que resultou dos estacionamentos, isto porque o plano de que ouve falar em conversas informais, sobre os Parques de Estacionamento, em zonas periféricas da cidade, é preciso ver se é a solução mais barata e mais adequada para uma cidade deste tamanho e com estas características.

Disse também que a sinalização continua a não existir e não necessita de plano nenhum de empresas especializadas; o sinal de rotunda com circulação prioritária obrigatória, continua a não estar estabelecido em todas as rotundas da cidade.

Finalmente, referindo-se à questão do Cojo, disse saber que há uma verba inscrita no orçamento de previsão de uma receita de venda do Cojo, por isso e antes que os jornais considerem que em termos de obrigação para com a opinião pública devam começar a explorar este assunto, é mais do que tempo da Câmara ter uma palavra clarificadora perante este órgão sobre a problemática do Cojo. Neste momento há um atraso inadmissível na solução do problema e nunca foi aqui claramente dito e assumido que a questão do Cojo passaria, ao contrário do que foi dito durante anos e anos, por um concurso que permitisse a mais do que um candidato e mediante apresentação de um determinado projecto adquirir ou não aqueles terrenos. Neste momento continua-se a não se saber porque é que esse concurso não foi aberto e é mais do que tempo de toda essa situação ser aclarada.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Olinto Ravara.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, começou por dizer que a sua intervenção, prende-se com a falta de resposta por parte da administração central a alguns problemas e aspirações da região de Aveiro. Relativamente à passagem de mais um aniversário da U.A., disse que a falta de presença do governo nos vinte anos da Universidade de Aveiro, é apenas uma ilustração de uma atitude mais geral e mais continuada que se sente em relação a várias questões que se colocam na nossa zona e porventura até mais graves do que essa falta de presença numa comemoração oficial importante da Universidade de Aveiro, talvez demonstrativa da pouca consideração que há pelas gentes da região e talvez também exemplificadora da falta de peso político, inclusivé do PSD local junto das estruturas do governo, no sentido de evitar que algumas destas coisas aconteçam mesmo quando eventualmente algumas pessoas tenham vontade de que elas aconteçam.

Prosseguindo, disse que o que se está a passar com a Ponte da Gafanha, que faz a ligação entre os concelhos de Aveiro e de Ílhavo, é um problema da nossa região e é também em sua opinião um exemplo claro da situação descrita. Em seu entender a gravidade da situação exigia

medidas urgentes e uma resposta pronta, uma vez que hoje em dia existem recursos, quer através da engenharia militar ou de qualquer outra forma, com vista ao estabelecimento de soluções provisórias rápidas. Todavia nada disso foi implementado e por isso não se minorou os inconvenientes provocados aos milhares de utilizadores daquela ponte.

Considerou que este acidente veio também demonstrar outra situação que está a "rebotar pelas costuras" e que diz respeito à região e tem sido sucessivamente adiada e que é a questão da variante Aveiro/Vagos, que ainda não está no PIDAC do próximo ano e que agora depois daquilo que aconteceu, já se começa a considerar como obra de grande prioridade nos meios governamentais. Pensa no entanto que se não houver pressão política por parte dos municípios interessados, nesta fase aguda do problema, assim que a situação fique resolvida poderá ser novamente esquecida e conseqüentemente passarem-se mais uns anos sem que a dita variante seja construída.

Disse também ser falta de consideração para com Aveiro e para com a sua região, o facto do novo Secretário de Estado da Cultura, não querer aceitar os resultados do concurso para a criação da Orquestra das Beiras.

Também a falta de inclusão no Orçamento de Estado para o próximo ano de uma verba significativa para a implementação do sistema do tratamento de esgotos em toda a Ria de Aveiro é mais um exemplo da pouca consideração que o poder central tem em relação a Aveiro e à sua região, uma vez que é de opinião que a recuperação da Ria têm também que ser considerada ao nível do Orçamento de Estado e não apenas ao nível de eventuais fundos comunitários.

Em suma disse tratar-se de um conjunto de questões exemplificativas da falta de atenção e critério, por parte do governo central, que atestam bem o abandono relativo a que é votada a cidade de Aveiro e a sua região e que em sua opinião deveria merecer a condenação por parte da Assembleia Municipal.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal João Gabriel Ferreira Santos, tendo imediatamente ocupado o lugar de Segundo Secretário da Mesa.

Deram também entrada na sala os Vogais Armando Vieira e Manuel António Coimbra.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, chamou mais uma vez a atenção para a necessidade de se mandar substituir os actuais pontões que atravessam o Canal do Cojo, tendo em conta que os mesmos não dignificam de modo algum o centro da cidade, devendo por isso a Câmara promover um concurso de ideias e agarrar aquela que lhe pareça mais consentânea com a dignidade do local.

Relativamente ao acidente verificado com a Ponte da Gafanha, disse que chegou a ser considerada a hipótese de se montar uma ponte metálica, igual à que a engenharia militar dispõe; só que chegou-se à conclusão de que uma vez que era possível reparar o acidente num tempo útil de um mês, a instalação de uma ponte militar poderia inclusivamente provocar atrasos na construção da obra, visto que a sua montagem estorvaria os trabalhos.

Em relação ao acidente, disse que a obra de engenharia da Ponte está bem concebida, o projecto está tecnicamente bem feito, simplesmente não há obras de engenharia 100% seguras. O que aconteceu ali foi um acidente derivado eventualmente de um deficiente processo de construção, escolhido naturalmente pelo empreiteiro.

Relativamente ao IC 1, disse concordar perfeitamente com o Vogal Salavessa, apelando por isso à Câmara para que faça todas as diligências para que o IC 1 seja de facto uma obra a incluir rapidamente nos planos da JAE.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Jorge Nascimento, congratulou-se em seu nome e no da sua bancada pelos vinte anos que a Universidade de Aveiro está a comemorar.

Relativamente ao acidente da Ponte da Gafanha, referiu a necessidade da Câmara pressionar o poder central no sentido de que a via seja reposta o mais rapidamente possível.

Em matéria de trânsito, sugeriu que uma das vias junto à Ponte Praça que dão acesso ao Cojo, seja aberta ao trânsito, concretamente aquela que se situa junto à cabine telefónica, evitando assim que os automobilistas que pretendam entrar no Cojo, pela Ponte Praça, não tenham que ir lá acima à rotunda da Sé para o poderem fazer.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal João Barbosa, começou por dizer que também a bancada do Partido Socialista se

associa às comemorações do vigésimo aniversário da Universidade de Aveiro.

Continuando no uso da palavra referiu-se a problemas na sua freguesia relacionados com a limpeza e recolha de lixos urbanos, devendo a Câmara tomar medidas para que esses problemas não continuem a subsistir.

Em matéria de trânsito lembrou que em tempo sugeriu à Câmara a proibição de veículos de instrução automóvel nas principais artéria da cidade, por dificultarem a fluidez do tráfego, lamentando que até hoje nada se tenha feito com vista a resolver essa situação.

Finalmente chamou atenção para a necessidade de se mandar tapar alguns buracos existentes nos passeios na Rua Cândido dos Reis, os quais oferecem alguma perigosidade para os transeuntes.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Raul Martins.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Joaquim Abreu, chamou atenção para a necessidade de se manter o pavimento da EN 230 Aveiro/Águeda, em bom estado pois trata-se de uma via que foi recentemente municipalizada, pertencendo por isso a sua conservação a partir de agora à Câmara Municipal. Referiu-se também à necessidade de se rectificar a sinalização porquanto começam a aparecer sinais destruídos e não têm sido feita a sua reposição, nomeadamente em Horta e na zona de Eixo. Por último disse que existem também sinais completamente escondidos pela vegetação e referiu-se à necessidade de se colocar sinalização à entrada do bairro de Azurva, dado que a falta da mesma tem motivado alguns acidentes.

Não se registando mais intervenções usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, que começou por se congratular também pela passagem do vigésimo aniversário da Universidade de Aveiro, destacando o contributo que a mesma tem prestado para o progresso e engrandecimento de Aveiro e da sua região.

Continuando no uso da palavra e referindo-se à questão do Cojo, disse que não há nada escondido relativamente ao Cojo, nem qualquer posição menos clara, o que tem havido é todo um processo burocrático, com vista a colocar aquela parcela de terreno à venda em hasta pública.

Relativamente ao IC 1, disse tratar-se de uma obra da administração central e que há anos que se fala na mesma e que a Câmara tem feito todos os esforços no sentido de que a dita obra arranque o mais rapidamente possível.

Finalmente e no que se refere aos pontões dos canais, disse parecer-lhe que dada a utilidade dos mesmos terão que passar a definitivos, devem no entanto ser integrados no arranjo urbanístico de toda aquela zona (Cojo). Todavia de momento não é muito oportuno estar a mexer-se na medida em que toda aquela zona irá ser alvo de um arranjo urbanístico e nessa altura estudar-se-á o tipo de estrutura que melhor se adapte ao local.

Seguidamente no uso da palavra o Vereador Vitor Silva, referindo-se à EN230, disse que os trabalhos com vista à reparação daquela via já foram adjudicados, estando-se apenas a ultimar alguns preparativos de carácter processual. Relativamente à sinalização disse que iria tomar providências com vista à resolução desse problema.

No que se refere ao IC1, informou que esta obra já esteve em PIDAC, todavia por razões de um estudo de impacto ambiental mandado elaborar pelo Ministério do Ambiente, com vista a preservar toda a zona do Vale das Maias, foi suspensa essa candidatura, foi elaborado novo projecto com novo traçado o qual ainda não está pronto e daí o atraso no lançamento desta obra.

Relativamente às obras na ponte da Gafanha, esclareceu que a Câmara fez várias diligências junto dos órgãos com responsabilidade na matéria, tendo em vista o rápido restabelecimento do trânsito.

Finalmente prestou ainda alguns esclarecimentos relativos a questões que entretanto foram levantadas e concretamente no que se refere à introdução de uma placa de inversão de marcha na variante, disse que iria analisar o problema.

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Manuel Simões Madail.

ORDEM DE TRABALHOS

Beu
Philip H 4

**PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL**

Nota: - A Comunicação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi já distribuída por todos os membros desta Assembleia, pelo que a mesma faz apenas parte integrante do original desta acta.

Feita a apresentação do documento supra pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra o Vogal Raul Martins para fazer um reparo ao "timing" de entrega do documento em apreço aos respectivos membros deste órgão, uma vez que, se se pretende que as pessoas venham mínimamente preparadas, deve-se futuramente começar a cumprir um prazo de entrega mais decente.

Seguidamente fez também um protesto em relação à hora para a qual se marcou esta reunião, porquanto considera a mesma para políticos profissionais, não se coadunando com quem tenha que trabalhar e de governar a sua vida fora da política. Disse esperar que esta não venha a ser de futuro a posição tomada pelo Presidente deste órgão, em posteriores convocatórias.

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Mesa, disse que é discutível a hora de marcação dos trabalhos, havendo até municípios onde se começa mais cedo e muito embora a Mesa não seja apologista disso, a hora da presente reunião foi justificada no entender da Câmara Municipal por causa dos trabalhos serem mais alongados.

Usando seguidamente da palavra o Vogal António Salavessa, solicitou esclarecimentos relativos à instalação da Escola superior de Enfermagem no concelho de Aveiro.

Quis saber também qual é o ponto da situação da adjudicação do Plano Estratégico da cidade após a recusa da proposta de adjudicação directa que veio a este órgão.

Realçou também a vista oficial do Executivo Municipal à Universidade de Aveiro pelo significado que a mesma encerra, já que abre perspectivas de colaboração em várias áreas.

Perguntou o que é que se passa de concreto em relação ao programa do INDESP, de construção de Pavilhões Escolares e quantos Pavilhões se está a pensar estabelecer em protocolo com o INDESP e quanto é que isso representa de encargos para a Câmara.

Solicitou esclarecimentos relativos ao ponto da situação da Estação de Captação de Águas do Carvoeiro.

Finalmente e em relação à Associação dos Municípios da Ria e dado que a mesma tem grande responsabilidade na alteração das situações que se colocam na nossa região. quis saber se a mesma está activa ou não, se está interveniente e qual a apreciação que o Município de Aveiro faz em relação à referida Associação.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Neto Brandão, para discordar também da hora para a qual foi marcada esta reunião.

Relativamente ao documento em apreço, referiu-se a duas "gralhas" contidas no mesmo, designadamente o lançamento do livro do "Dr. Costa e Melo "Diário Intermitente" de Eugénio Beirão", o que não faz sentido e ainda na página oito do dito documento, refere-se Eixo como uma aldeia, quando na realidade Eixo é Vila.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Manuel António, quis saber o que é que a Câmara tenciona fazer em relação aos parómetros que não dão recibo, uma vez que se está a generalizar o sentimento de que os parómetros que não dão recibo não é necessário pagar, traduzindo-se esta situação em prejuízo para os cofres municipais, uma vez que foi feito todo um investimento nesse equipamento não estando o mesmo presentemente a ser devidamente rentabilizado.

Relativamente à inauguração da Escola de Santiago, considerou-a discreta demais e disse pensar que poderiam ter sido convidadas algumas entidades que têm dado muito apoio aquela Escola e que foram esquecidas.

Quis saber também quais os impactos que ocorreram em relação à Escola de Glória, uma vez que esta estava superlotada e também se a entrada em funcionamento desta nova Escola supriu todas as necessidades da zona de Santiago.

Relativamente à Televisão por cabo, disse lamentar que hajam Vereadores que digam que pelo facto da Câmara Municipal não fazer parte da sociedade de Televisão por cabo, a mesma nunca irá chegar às freguesias. Considera que não se pode dizer uma coisa destas, uma vez que a sociedade ainda não está formada e pelo contrário pensa até que pelo facto da Câmara estar envolvida neste processo através da colocação da tubagem, tem é que incentivar a que a TV por cabo possa abranger todo o concelho e não fazer o tipo de comentários que tem feito .

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Jorge Nascimento, solicitou esclarecimentos relativos ao ponto da situação que se prende com a construção do Centro de Formação e Emprego, bem como quanto ao Centro Cultural.

Usando também da palavra o Vogal José Maria Silva, quis saber se o protocolo que o Secretário de Estado da Educação e Desportos, está previsto vir assinar com a Câmara de Aveiro, contempla a construção de Pavilhões Polidesportivos, nas freguesias de Cacia, Oliveirinha e Aradas.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Custódio Ramos e Dinis Correia, tendo este último ocupado o lugar de Primeiro Secretário, até então ocupado em substituição pelo Vogal Pedro Dias.

Usando seguidamente da palavra o Sr. Presidente da Câmara, prestou vários esclarecimentos às questões que entretanto foram colocadas, designadamente a que se prende com a marcação da hora de início das sessões desta Assembleia, esclarecendo que ideia que presidiu à escolha deste horário foi apenas a de acelerar um pouco os trabalhos de apreciação do Plano de Actividades. Salientou porém que, se a Assembleia reconhecer que esta hora é imprópria para a grande parte dos Srs. Deputados, futuramente marcar-se-á outra hora.

Referindo-se seguidamente à hipotética criação de uma Escola Superior de Enfermagem no concelho de Aveiro, disse que o processo relativo a esta matéria se encontra ainda numa fase de negociação.

No que se refere ao Plano Estratégico para a cidade, informou que não foi ainda aberto o concurso, uma vez que a Câmara entendeu aprovar primeiro o PDM e só depois disso fazer a adjudicação do referido plano.

Quanto à visita oficial à Universidade de Aveiro, considerou-a profícua quer para a Câmara, quer para a Universidade, tendo entre outras a finalidade de alterar algum mal estar que vinha sendo criado no passado.

Informou também que as verbas do INDESP destinam-se à construção de Pavilhões gimnodesportivos nas Escolas C+S e a proposta que a Câmara fez foi a de indicar três locais, designadamente Cacia, Oliveirinha e Aradas, para a construção desses Pavilhões.

Relativamente ao estacionamento nos parácometros, informou que o regulamento dos parácometros aprovado pela Câmara e por esta Assembleia, tem que ser sancionado pela Direcção-Geral de Viação. A PSP também assim entendeu e deixou de imediato de fazer a fiscalização. Face à situação a Câmara tem pressionado todas as semanas a Direcção Geral de Viação com vista a sancionar o referido regulamento para que tudo volte o mais rapidamente possível à normalidade.

No que se refere à TV por cabo disse que pelo facto da Câmara não estar na futura sociedade, não será impeditivo de que se faça chegar às freguesias rurais a TV por cabo; e muito embora a Câmara não faça parte dessa sociedade continua a ter a possibilidade de participar nessa sociedade, de lhe dar dinamismo como lhe deu até aqui e a exigir que as coisas corram como se a Câmara lá estivesse.

Finalmente e no que respeita ao Centro de Emprego e Centro Cultural informou que a obra não é da Câmara, mas que a sua conclusão está prevista para o segundo semestre de 95.

Usando também da palavra o Vereador Vitor Silva, prestou alguns esclarecimentos relacionados com as questões levantadas pelos vários Vogais.

Seguiu-se uma breve troca de impressões, tendo seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, dado por encerrada a primeira parte dos trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

2ª PARTE

Pelas 21,30 Horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António de Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário, José Alberto Martins de Carvalho, em substituição do Secretário eleito e com os Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Carlos Manuel da Silva Santos, Ermelinda Clara Ribeiro Costa, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Artur da Rosa Pires, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira, Virgínia Celeste da Silva Veiga e Libério da Silva Santos.

PONTO Nº 2 - CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1995

GENERALIDADE

Deliberação da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 94.12.06: - "CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1995: - Na sequência do já deliberado em 31 de Outubro, último, e 5 de Dezembro, corrente, o Sr. Presidente apresentou ao Executivo, os documentos em epígrafe, já com uma redacção elaborada após reuniões conjuntas de trabalho, e fez uma larga explanação do seu conteúdo, tendo respondido pontualmente às

várias questões levantadas e prestado os esclarecimentos que pelos restantes Membros do Executivo foram sendo solicitados.

Feita a votação, os citados documentos mereceram aprovação por maioria, com a abstenção dos Vereadores Srs. Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio, que apresentaram a seguinte declaração de voto: "Difícilmente se pode exprimir através da abstenção, uma posição sobre o mérito ou demérito das propostas. Ela traduz, na maior parte dos casos, uma posição que considera haver propostas de sinal oposto, sem que haja um balanço claro para um dos lados criando, conseqüentemente, uma posição expectante. Assumimos essa expectativa! Consideramos que o Plano e o Orçamento para 1995 contêm intenções de investimento que a concretizarem-se, serão um contributo positivo para o desenvolvimento do concelho. A título de exemplo poderemos referir a conclusão dos equipamentos escolares no Bairro de Santiago, a vontade política de avançar com o Centro de Saúde de Esgueira, a inclusão de um razoável nível de intenção de criação de habitação social, a intenção de investimento no ordenamento do território concelhio através da elaboração de plano de pormenor, cortando assim, com uma tradição de não regulamentação e gestão objectiva do espaço concelhio. Registamos também com agrado que neste Plano há a intenção de "limpar todo um passivo" existente ao nível das urbanizações de iniciativa municipal, que como é sabido têm quase todas graves carências ao nível das infra-estruturas. Também a vontade de resolver algumas situações gritantes na área do ambiente, como o problema dos esgotos do Monte de Azurva e a construção do novo aterro sanitário, são iniciativas que nos parecem de relevar. Algumas outras iniciativas mereceriam ainda ser citadas. Porém, parece-nos igualmente importante referir o que para nós são as principais lacunas da proposta apresentada. Para nós a principal falha deste plano é a não inclusão de um objectivo essencial para a sua própria concretização - o 12º objectivo, que seria a reorganização dos serviços camarários. Com efeito esta reorganização é, na nossa opinião, condição "sine qua non" para o êxito do plano apresentado. O grau de concretização dos últimos planos é elucidativo quanto à operacionalidade dos serviços do Município. Só uma acção concreta que se traduza em reformular o quadro orgânico da Câmara, em investir nos recursos humanos, na formação profissional, em novos equipamentos e

condições de trabalho, bem como em mecanismos de controlo e auto-avaliação permitirá ultrapassar a situação descrita. A não manifestação de intenção de propôr regulamentações em área em que a omissão existente é preocupante, como por exemplo o regulamento de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, ou a não sistematização e reformulação de muita da regulamentação existente, nos parece também uma omissão grave. Não gostaríamos de finalizar sem deixar de assinalar que consideramos extremamente urgente a necessidade de reforço da fiscalização camarária. Em conclusão pretendemos deixar claro que a nossa abstenção traduz mais do que uma divergência quanto aos objectivos para 1995 uma expectativa algo pessimista quanto à capacidade de concretizar. Esperamos bem que tal expectativa não se concretize, a bem do município de Aveiro."

[Handwritten signature]
[Handwritten initials WLA]

No uso da palavra, o Vereador Sr. João dos Santos disse que o sentido de voto dos Vereadores do Partido Social Democrata se justifica no facto de entenderem terem sido suficientes as justificações e esclarecimentos prestados.

Também no uso da palavra, o Vereador Sr. Dr. Henrique de Mendonça congratulou-se pela votação obtida e agradeceu toda a colaboração dada pelos Vereadores que não fazem parte da maioria, que contribuiu sem dúvida para a melhoria do teor dos documentos em causa.

Finalmente, o Sr. Presidente mostrou igualmente o seu agradecimento a todos os membros do Executivo pela colaboração e disponibilidade demonstradas na elaboração e discussão de tão importantes documentos para a vida municipal.

Os documentos em causa ficam a fazer parte do respectivo processo, carecendo ainda da aprovação da Assembleia Municipal nos termos da legislação aplicável.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Olinto Ravara.

Usando da palavra o Sr. Presidente da Câmara, fez a apresentação do documento em causa e prestou vários esclarecimentos

relacionados com a filosofia que presidiu à sua elaboração e aos objectivos que o mesmo pretende alcançar. Acrescentou que o documento se encontra bem explicitado em termos de objectivos e de acções a desenvolver, salientou também que houve da parte da Câmara o cuidado e a preocupação de organizar um documento que não seja restritivo das acções a desenvolver, podendo isso avaliar-se pelas verbas envolvidas de quase sete milhões de contos. Considerou que se trata de um Plano realista e que tem uma amplitude que vai naturalmente obrigar a Câmara Municipal e os elementos que a compõem a um trabalho mais árduo e mais dedicado, dado o montante das verbas envolvidas. Seguidamente colocou-se à disposição da Assembleia para esclarecer eventuais dúvidas que possam subsistir em relação aos objectivos do Plano.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal Olinto Ravara, para referir que do seu ponto de vista o Plano é globalmente positivo, no entanto há algumas questões que devem ser colocadas a esta Assembleia.

Disse verificar um grande aumento do orçamento da Câmara para este ano, verificando também que há uma forte contribuição do Orçamento de Estado e dos Fundos e Serviços Autónomos para este grande aumento do Orçamento da Câmara Municipal; em números redondos são três milhões e duzentos mil contos que provêm do Estado e dos diversos organismos com os quais a Câmara celebrou protocolos e que fazem de facto deste orçamento um orçamento algo de diferente daquele que ocorreu no ano transacto. Considerou que se trata de um aspecto importante e que merece ser realçado, porque não são apenas as transferências do FEF, são também as dotações tanto do PIDAC como dos Fundos Estruturais que aqui estão contempladas e bem neste Plano. Referiu que estando genericamente de acordo com os objectivos traçados neste Plano de Actividades, tem algumas dúvidas relativamente a algumas verbas específicas e disse não compreender mesmo como é que numa altura em que se fala tanto de aumento de desemprego, aumento da exclusão social e dos factores de marginalidade, como é que o orçamento da Câmara Municipal sofre uma redução nas áreas da Educação, na Acção Social e na Habitação. Acrescentou que por muito louvável que seja o esfroço da Câmara Municipal nestas áreas que reputa de fundamentais, pensa que se deveria reduzir noutras rubricas determinadas verbas, por

exemplo na rede viária e na sinalização ou mesmo na dotação provisional em favor daquelas três objectivos, os quais lhe parecem vitais para o desenvolvimento da cidade de Aveiro e da sua região.

Continuando no uso da palavra, disse que se continua um pouco a baixo do que seria desejável em matéria de defesa do meio ambiente e por muito louvável que seja o esforço da Câmara e dos Serviços Municipalizados em matéria de saneamento básico, crê que ainda se está muito longe em termos orçamentais daquilo que seria desejável para se atingir o plano médio das cidades portuguesas que já têm estes problemas mais ou menos resolvidos.

Relativamente ao orçamento perguntou porquê um aumento substancial nas despesas com o pessoal de cento e dez mil contos, quando se sabe que já foi celebrado um acordo com os Sindicatos da Função Pública que prevê um aumento de 4% para o próximo ano. Isto quer dizer que ou a execução orçamental relativa a 94 que incluía uma dotação de novecentos mil contos para despesas com pessoal foi claramente ultrapassada ou então o milhão e dez mil contos que estão devidamente inscritos no orçamento das despesas correntes a título de despesas com pessoal, estão por explicar, estão muito acima daquilo que seria desejado em termos não só de aumento de inflacção, como em termos do próprio acordo há pouco referido.

Disse verificar também que apesar de haver uma diminuição do peso das despesas correntes no conjunto das despesas totais, que passa de 33% para 30% do total das despesas, verifica-se que apesar disso há um forte aumento das despesas correntes. Por isso, alertou a Câmara de que deveria de ter um maior cuidado no despesismo e deveria de procurar na medida do possível limitar as despesas correntes, para que seja possível afectar essa fatia para o aumento das despesas de capital e para o aumento da Acção Social, da Acção Educativa.

Por outro lado não compreende nem o Plano o explica onde é que vêm os cento e vinte mil contos a mais na rubrica "Aquisição de Serviços", nem é explicado onde é que vêm trinta e quatro mil contos a mais na rubrica "Bens não Duradouros". São questões importantes que o Vogal disse não terem resposta até este momento e que por isso, muito agradecia que fossem respondidas para poder votar sim, não ou talvez. Há ainda uma questão que tem a ver com os encargos financeiros, pois

segundo este Vogal, verifica.-se que as amortizações dos empréstimos aumentam apenas em dezassete mil contos, mas em contrapartida os encargos financeiros duplicam, vão de setenta mil contos para cento e trinta e cinco mil contos, isto quando não há grandes variações dos empréstimos obtidos.

Há ainda uma verba de natureza residual que passa de setenta mil contos para cento e quatro mil contos. Quis saber também o que é que significa a dotação provisional tanto nas despesas correntes como nas despesas de capital. Disse que se não houver uma explicação razoável será levado a pensar que se trata de "sacos azuis".

Também ao nível das despesas de capital há uma dotação provisional de trinta mil contos. Disse pensar que quando se faz um orçamento, esse orçamento é feito a custos correntes, daí que não haja lugar de qualquer maneira a dotações provisionais em matéria de despesas de capital.

A finalizar, salientou que a Câmara teve de facto um cuidado que não tem sido usual de procurar saber junto dos Srs. Presidentes de Junta as necessidades com que estas se debatem, no entanto considerou que ainda não se atingiu aquilo que seria de esperar de uma equipa dirigida por uma esoa que é diferente e que tem demonstrado nestes meses à frente da autarquia ter uma postura de certa maneira nova no relacionamento Câmara/Freguesias, bem como com os munícipes. Por essas razões disse aguardar que o Sr. Presidente da Câmara dê os esclarecimentos solicitados, sem os quais não terá outra conclusão senão a de ter que votar no mínimo pela abstenção. Acrescentou que gostaria de votar a favor deste orçamento se de facto todas estas questões tiverem uma resposta aceitável.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Vitor Mangerão, Lourenço Santos, Pedro Dias e Caetano Alves.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Armando Vieira, começou por referir que o Plano em apreço não repõe o equilíbrio em termos de investimentos contemplados em Planos anteriores nem o equilíbrio entre freguesias. Disse admitir que haja uma nova postura desta Câmara, já que há uma maior preocupação no sentido de auscultar as freguesias, todavia considerou que se está ainda longe de se atingir o tal equilíbrio.

Em sua opinião o Plano apresenta algumas limitações de rigor orçamental, obra a obra, o que motiva incumprimentos, já que muitas vezes existe um Plano com inúmeras obras que estão deficientemente dotadas do ponto de vista financeiro, acontece por exemplo haver cinco obras com uma dotação global de cem mil contos, verificando-se por vezes que só uma dessas obras absorve a totalidade de toda a verba, ficando por isso as restantes sem hipóteses de se realizar. Regista-se contudo a procura de um melhor rigor, porém em sua opinião ainda distante da realidade orçamental das obras.

Continuando no uso da palavra fez mais uma vez sentir à Câmara a necessidade premente em se eliminar a passagem de nível das Quintãs, porquanto é mais que justificável em relação a outras, que se proceda ao seu desnivelamento, dado o grande volume de tráfego que se verifica na mesma.

Em matéria de saneamento considerou que é necessário uma resposta mais célere à resolução dos esgotos domésticos, já que uma grande parte do concelho não está dotada desta infraestrutura.

No que respeita a habitação social solicitou uma rápida intervenção da Câmara nesta área, pois a sua freguesia tem algumas carência neste domínio.

A finalizar apelou para um bom relacionamento Câmara/Juntas de Freguesia e sugeriu a nomeação de um Vereador destinado exclusivamente aos problemas das Juntas de Freguesia, já que considera que isso se justifica plenamente dada a multiplicidade de problemas inerentes às mesmas.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Vitor Martins.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Cruz Tavares, disse esperar em relação a este Plano de Actividades, um Plano de ruptura com o passado, apesar de na opinião do CDS-PP esse passado ter sido uma sequência de mandatos brilhantes. Como não partilha da mesma ideia, estava esperançado de que agora aparecesse um Plano de ruptura. Regista no entanto que houve pelo menos essa tentativa. De facto a Câmara deu neste Plano sinais de que quer fazer melhor do que nos mandatos anteriores. Todavia existem algumas áreas do referido Plano em que alguns dos princípios de orientação, de gestão e até de filosofia política que enformaram os anteriores Planos não foram abandonados.

Prosseguindo, disse que não há dúvida de que a Câmara não se pode arrogar a fazer mais do que aquilo que lhe compete, mais do que aquilo que a lei lhe permite e mais do que aquilo que os seus meios financeiros lhe proporcionam, já que primeiramente tem que cuidar da qualidade de vida dos cidadãos aveirenses e neste aspecto considerou que a Câmara tem desenvolvido um esforço notável, nas vertentes da Cultura, do Desporto e da Acção Social.

Relativamente à gestão do território concelhio e à sua preservação, disse que nesta matéria alguns dos vícios das gestões anteriores continuam subjacentes a este Plano de Actividades, ou seja, o orçamento ligado a este Plano de Actividades contempla a venda da bolsa de terrenos da Câmara, como uma das principais fontes de financiamento da autarquia, além das que provêm do orçamento do Estado e de outros organismos com quem a Câmara celebrou protocolos. Considerou que este tipo de procedimento assenta num princípio do passado em que a Câmara tinha nessa bolsa de terrenos, uma reserva financeira para ocorrer a dificuldades de tesouraria. Entende que esta prática talvez seja legítima numa companhia imobiliária, só que, a intenção da bolsa de terrenos existente no município sempre foi usada no mau sentido, ou seja, quando publicamente era defendida a sua existência dizia-se que entre outras vantagens, serviria como moderador de preços dos terrenos urbanizados. Todavia o que se verificou é que a Câmara funcionou de facto como um motor que acelerou sistematicamente os preços dos terrenos na cidade e em muitos casos foi responsável pelas dificuldades de construção de novas habitações, foi responsável em muitos casos pelo estrangulamento do mercado que conduziu a uma situação anómala de crise evidente, que é o facto de existir uma grande bolsa de habitações construídas prontas a serem utilizadas, e um grande número de pessoas que não têm meios para adquirir essas habitações. Referiu que não se trata apenas de um problema de exorbitância de preços, é também uma questão de desequilíbrio que se gerou por contribuição de vários factores nomeadamente dos preços dos terrenos.

Entende que a política da Câmara de adquirir terrenos é perfeitamente defensável, a Câmara deve adquirir terrenos para finalidades já existentes e pré-determinadas, agora manter terrenos como bolsa de reserva financeira, considera que é uma filosofia completamente

errada, pois a função da Câmara não é estabelecer equilíbrios financeiros à custa dos preços do mercado influenciando-os negativamente, mas antes, manter bolsas de terrenos como reserva urbanística para que a actividade dos particulares seja moderada não em termos financeiros, mas em termos urbanísticos. Em sua opinião, os terrenos que pertencem à Câmara e estão na posse da Câmara como reserva, podem ser uma óptima válvula de escape para desdensificar determinadas zonas que já estão superpovoadas e para empreender reservas de zonas verdes e espaços de lazer. Portanto, trata-se de uma reconversão de filosofia que esperava que esta Câmara pudesse incluí-la já neste Plano de Actividades.

Continuando no uso da palavra, disse que um outro aspecto que também continua a não ver contemplado e que era prática corrente das Câmaras anteriores, está relacionado com as infraestruturas das urbanizações e os ordenamentos do território promovidos pela Câmara, casos da Forca-Vouga, Sá-Barrocas, Quinta do Griné etc, as quais têm sistematicamente um tratamento de construção de infraestruturas que vai sempre meses e anos atrasado em relação à ocupação desses terrenos, o que considerou perfeitamente imoral, não podendo a Câmara defender que se vendam em hasta pública terrenos que incluem condições de construção, cujas verbas destinadas a infraestruturas são pagas na altura em que os compradores adjudicaram os terrenos, sendo liquidadas de imediato após o acto de compra, verbas essas que são especificamente destinadas à construção das tais infraestruturas, as quais só alguns anos mais tarde vêm a ser executadas, depois dessas verbas terem dado de imediato entrada nos cofres municipais. Considerou que a Câmara não pode utilizar para outros fins, verbas que entram nos seus cofres com determinadas finalidades, inclusivamente com a obrigação legal das infraestruturas serem concluídas antes da ocupação dessas urbanizações.

A finalizar salientou que estes aspectos não foram contemplados neste Plano de Actividades, contudo disse esperar que ainda no decorrer da execução deste Plano a Câmara possa emendar o caminho e demarcar-se do "brilhantismo dos mandatos anteriores", repondo não só a legalidade como também uma boa gestão do território municipal.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal João Gabriel, tendo assumido na Mesa o seu lugar de Segundo Secretário.

Deram também entrada na sala os Vogais Jorge Nascimento e Élio Maia.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, teceu várias críticas relacionadas com a matéria em apreço, referindo nomeadamente que a administração central sabe que este ano e nos seguintes para que os municípios possam candidatar-se a um conjunto de acções apoiadas nos fundos comunitários necessitam de uma grande capacidade de financiamento, salientando que não é com aumentos de 5%, 6% ou mesmo 7%, do Fundo de Equilíbrio Financeiro que se vai conseguir dar resposta do ponto de vista dos Municípios ou do Poder Local, às grandes necessidades de comparticipação e de investimento que há que fazer para que o Plano seja cumprido. Sendo este o Plano para este ano, os fundos de coesão continuam nos anos seguintes, quis saber o que é que a Câmara vai ter que vender para poder manter ao mesmo nível o co-financiamento dos projectos comunitários e ainda o que é que isso tem de reflexos na vida do dia a dia dos cidadãos ao nível da limpeza das ruas, dos transportes que se estão a degradar, etc..

Usando seguidamente da palavra o Vogal Dias da Silva, fez um alerta no sentido da Câmara Municipal através dos seus serviços fazerem avançar os projectos, pressupondo desde já a aprovação deste Plano e Orçamento, por forma a que as consultas possam estar na rua e já em fase de adjudicação em finais de Maio, para que, aquando da discussão daqui a um ano do Plano e Orçamento para 96, não estejamos a ouvir exactamente as mesmas coisas, ou seja que vão transitar para o orçamento de 96 verbas que não foram concretizadas em 95. Considerou que tal passa por um incentivo, um esforço por forma a que nos meses em que o tempo pode permitir sobretudo na rede viária, arranjos de ruas e provavelmente não só, que de facto não cheguemos ao final de Dezembro e aconteça aquilo que aconteceu com o Mercado de Cacia, que esteve à espera de uma consulta para umas casas de banho que ainda não estão a funcionar e já lá vai cerca de um ano, quando tudo estava pronto a que esse trabalho fosse executado o mais rápido possível.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Jorge Nascimento, teceu várias considerações sobre o documento em causa, considerando-o

equilibrado nas suas várias rubricas, salientou também a boa gestão da Câmara na área da construção de habitação social, gestão essa que em sua opinião quase erradicou do concelho as chamadas "barracas".

Prosseguindo, louvou a acção que as sucessivas Câmaras têm vindo a ter nos sucessivos mandatos na aquisição de terrenos como bolsas de terrenos que a autarquia nos momentos oportunos procura injectar no mercado precisamente como factor moderador e não como factor perturbador do mercado. Acrescentou que é-lhe difícil compreender como é que funcionando como funciona na economia, o aumento da oferta venha a provocar aumento de preços. Em sua opinião o efeito é precisamente o contrário. Referiu também que é um dado adquirido que no presente momento existe dificuldade na aquisição de habitações e alguma oferta sem compradores. Importará analisar as causas dessa verdadeira situação e as causas têm que se procurar não na injeção de terrenos oferecidos para a construção, pois esses são factores de moderação, mas na crise profunda que assola o país e nisso seguramente não tem culpa a Câmara de Aveiro, a responsabilidade dessa situação segundo este Vogal cabe seguramente ao Poder Central e porventura à conjuntura internacional mas não seguramente à Câmara de Aveiro.

A finalizar salientou que o presente Plano é equilibrado visa o desenvolvimento, vem na sequência da linha de desenvolvimento já seguida pelas anteriores Câmaras, que pela obra feita, têm sido sucessivamente sufragadas positivamente através do acto eleitoral, considerando por isso que este é o verdadeiro índice de que as Câmaras têm sido boas e em sua opinião, dizer-se o contrário é estar-se a tirar crédito à população.

Usando também da palavra o Vogal Vitor Mangerão depois de fazer uma análise à matéria constante do Plano e de tecer várias críticas relacionadas com a mesma, disse não estar pessoalmente nem animado nem desanimado com o Plano em causa, tratando-se em sua opinião de mais um Plano e um Orçamento, natural na sequência daqueles que vêm dos anos transactos, em suma trata-se de um documento sem qualquer ruptura com o passado.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Raul Martins, teceu também alguns comentários sobre esta matéria e quis saber se o valor que se inscreve no orçamento de um milhão setecentos e um mil contos

de receitas de capital obedece a algum raciocínio elaborado ou a algum cálculo efectuado pelos documentos que foram feitos ou se pura e simplesmente foi colocado apenas para acertar contas.

Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, entre os vários esclarecimentos que prestou às questões que entretanto foram levantadas, disse também não estar inteiramente satisfeito com o reforço de verbas provenientes do poder central, todavia e dado tratar-se de um ano em que entra em vigor o segundo quadro comunitário, salientou que este Plano e Orçamento foram elaborados um pouco com base na previsão dos apoios que através dos fundos comunitários e dos contratos programa devem chegar à autarquia.

Informou também que a Câmara desde 94 até hoje, viu diminuir as receitas de capital em 560 mil contos, devendo-se isso aos fundos comunitários que não vieram.

Relativamente à quantia de um milhão e setecentos e um mil contos, disse tratar-se de uma rubrica residual e portanto prevê qualquer aquisição e que o somatório daquele capítulo apanha naquela rubrica residual uma importância de mil escudos.

No que se refere às obras no mercado de Cacia, esclareceu que o concurso está já lançado e que a Câmara espera que as mesmas arranquem no princípio do ano.

Usando também da palavra o Vereador Vitor Silva, informou que relativamente à construção de habitação social, serão contempladas para já as freguesias de Eirol, Cacia, Oliveirinha, Aradas e St^a Joana.

No que se refere à supressão da Passagem de nível das Quintans, fez o historial de todo o processo relativo a este problema e acrescentou que se justifica plenamente a sua supressão dada a grande intensidade de tráfego que se faz sentir no local, simplesmente, trata-se de uma obra que é da CP, a Câmara não tem ainda projecto, no entanto levantou já o problema junto da CP. O Vereador Vitor Silva disponibilizou-se também a deslocar-se com o Vogal Armando Vieira àquele organismo a fim de se esclarecerem eventuais dúvidas relativas a todo este processo, que tem sido complicado e urge ultrapassar.

Não se registando mais intervenções e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos.

Eram 00,00 Horas e 10 minutos do dia 22.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.



